

A cada LGBTI+ o seu livro? Identidade de gênero e sexualidade na biblioteconomia brasileira

Carlos Wellington Soares Martins

Doutor em Políticas Públicas

Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-7307-2983> E-mail: cawell2000@gmail.com

Submetido em: 05-01-2022

Reapresentado em: 03-04-2022

Aceito em: 21-04-2022

RESUMO

Este ensaio traz como temática principal a questão LGBTI+ e como as pautas desta população são incorporadas, ou não, no fazer laboral da Biblioteconomia. Objetiva realizar uma análise com vistas a perceber se existem aproximações, distanciamentos ou estremecimentos das demandas LGBTI+ com o campo de atuação de profissional da referida área. É apresentado um recorte histórico das lutas sociais por demandas da população LGBTI+ e como se dá esta tensão na Biblioteconomia de ontem e de hoje. Realizou-se extensa pesquisa bibliográfica acerca do tema e com foco nas categorias principais de análise: Identidade de gênero e sexualidade, procedendo com a revisão de literatura. A abordagem analítica assume caráter qualitativo e a pesquisa classifica-se como explicativa no sentido que visa apreender o fenômeno e discutir os principais determinantes que o fazem se apresentar da forma como se encontra atualmente. Conclui-se que para uma área que se pretende de cunho humanístico um grande caminho precisa ser percorrido para a quebra de estereótipos e práticas que fomentam o preconceito, e banir ideologias opressoras e que fomentam o ódio e a discriminação, para tanto é necessário estimular o debate cada vez mais, insistir na discussão, alterar os projetos políticos pedagógicos com inclusão de temáticas voltadas às minorias políticas e sociais, investir na formação do profissional para esclarecimentos e fomento a uma prática voltada a pluralidade e diversidade.

Palavras-chave: LGBTI+; sexualidade; identidade de gênero; biblioteconomia; formação profissional.

To every LGBTI+ their book? Gender identity and sexuality in brazilian librarianship

ABSTRACT

This essay has as main theme the LGBTI+ issue and how the guidelines of this population are incorporated or not, in the work of Librarianship, from the formation to the performance of this professional category. It aims to carry out an analysis in order to understand if there are approximations, distancing or shrinking of LGBTI+ demands with the field of activity of the Librarian. A historical review of the LGBT movement is presented and including a brief explanation of specific terms, clarifies the political and methodological position of action the movement assumes and how this tension occurs in Librarianship of yesterday and today. We believe that for a humanistic area, a great path must be taken to break stereotypes, practices that foment prejudice, and banish oppressive ideologies that foment hatred and discrimination. In order to do so, it is necessary to stimulate debate more and more, to insist on the discussion, to change the political pedagogical projects with the inclusion of themes related to political and social minorities, to invest in the formation of the professional to clarify and foster a practice aimed at plurality and diversity.

Keywords: LGBTI+; sexuality; gender identity; librarianship; professional qualification.

1 INTRODUÇÃO

Falar de identidade de gênero e sexualidade, por si só, já é uma tarefa árdua, no sentido deste debate ser permeado por tensões e múltiplas interpretações. Trazer a discussão para um campo de atuação profissional, com foco na formação e prática laboral, implica em tensionar a área no sentido de tentar apreender como estas questões são incorporadas, ou não, pela categoria profissional em questão.

Notadamente, a Biblioteconomia tem seu escopo de atuação referente às demandas apresentadas pela sociedade, sendo vital estar aberta para a pluralidade de necessidades informacionais que possam vir a surgir ou que hora já se apresentem. A comunidade LGBTI+ enquanto sujeitos de direitos não podem ser alijados do acesso à informação e aos bens culturais, seja como sujeitos-profissionais ou sujeitos-usuários.

No entanto, ainda é perceptível certa resistência sobre o debate e uma produção voltada para esta realidade, ainda ser muito tímida, o que só reforça e aguça a curiosidade em tentar antever qual o motivo desta invisibilidade ainda ser recorrente na área. O objetivo, deste trabalho, é realizar uma análise com vistas a perceber se existem aproximações, distanciamentos ou estremecimentos das demandas informacionais LGBTI+ com o campo de

atuação de profissionais da Biblioteconomia. Mais do que apresentar respostas pretendemos com este ensaio levantar questionamentos na tentativa de provocar o debate, por isso questionamos: a questão LGBTI+ e a Biblioteconomia estão distantes, próximas ou sua relação é permeada por estremecimentos?

Para tanto, realizou-se extensa pesquisa bibliográfica acerca do tema e com foco nas categorias principais de análise: Identidade de Gênero e Sexualidade, tanto na área da Biblioteconomia e Ciência da Informação (CI), quanto em produções nas mais diversas áreas do conhecimento, em destaque os das Ciências Humanas e Sociais, procedendo com a revisão de literatura. A abordagem analítica assume caráter qualitativo e a pesquisa classifica-se como explicativa no sentido que visa apreender o fenômeno e discutir os principais determinantes que o fazem se apresentar da forma como se encontra atualmente.

Este ensaio é dividido em duas seções analíticas, onde na primeira apresentamos uma discussão acerca da sexualidade e identidade de gênero como uma demanda social com um breve panorama de como a questão LGBTI+ se desenvolveu no mundo e no Brasil, inclusive apresentando o significado de alguns termos que podem não ser usuais para quem não pesquisa ou está diretamente ligado à questão. Na seção posterior o enfoque dado é entre a relação da Biblioteconomia e a questão LGBTI+ desde a discussão a nível internacional, seus avanços e retrocessos, e focando o debate em percepções entre a referida pauta e a Biblioteconomia no Brasil.

2 A QUESTÃO DA IDENTIDADE DE GÊNERO E A SEXUALIDADE COMO DEMANDA SOCIAL

A questão do gênero e da sexualidade sempre foi permeada por tensões e estremecimentos, principalmente pelo fato de toda a sociedade, desde tempos imemoriais até os dias de hoje, terem uma orientação marcada pelo patriarcado e machismo que pautam de forma nociva as relações sociais. “O patriarcado, versão de gênero do capitalismo e do racismo, sempre privou as pessoas de sua expressão própria” (TIBURI, 2018, p. 55). Nesse sentido, o patriarcado, ainda segundo Tiburi (2018), é uma forma de poder, que cria raízes no sistema, nas suas mais diversas instâncias, e que organiza a sociedade por meio da opressão que se manifesta através da concretização de uma ideologia patriarcal:

A conformação das relações patriarcais de gênero nesta perspectiva nada mais é do que a simples edificação de relações sociais fundadas na sociabilidade em que o poder (econômico e simbólico) é masculino por meio da reafirmação da divisão sexual do trabalho. Destarte, a manutenção das relações patriarcais de gênero se constitui em um óbice a qualquer processo civilizatório (NOGUEIRA, 2018, p. 50).

Desde que o gênero foi pensado como categoria histórica de análise (SCOTT, 1995) evoluiu-se para um entendimento que este debate deva ter um viés de análise interseccional com questões como o feminismo, raça e etnia, classe social, diversidade, identidade, sexualidade, geração, acessibilidade entre outros (AKOTIRENE, 2019). Conforme Oliveira (2017) o conceito de gênero foi se modificando para novas possibilidades conceituais e epistemológicas analisando os saberes-poderes constitutivos do gênero com outras formas de diferenciação social decorrente de processos históricos, sociológicos e políticos.

Não podemos reduzir o feminismo à discussão de gênero e sexualidade sem uma ligação direta com a questão das classes sociais – também a da raça e, acrescento eu, a da plasticidade, no qual se inserem as questões das chamadas “deficiências” das aparências e da idade, que afetam várias minorias (TIBURI, 2018, p.28).

A população de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Trans e Intersexuais (LGBTI+)¹, enquanto minorias políticas² e sociais viram uma mudança exponencial de paradigma para o que se convencionou chamar “sair do armário” para uma realidade em que suas demandas são ecoadas pelos quatro cantos do mundo, mas isso não implica dizer que não há tensão e que tais pautas sejam recebidas sem algum tipo de conflito. A discussão ainda é tabu, falta representatividade e o fundamentalismo religioso e o conservadorismo no campo político acabam por engessar o avanço da pauta ou mesmo a impedem de sequer ser mencionada.

Mesmo com a retirada da Homossexualidade como patologia pela Organização Mundial de Saúde (OMS) no dia 17 de maio de 1990 mais de 70 países consideram em seu código penal a relação consensual entre pessoas do mesmo sexo como crime e em alguns

¹ Para fins de discussão nesse texto utilizaremos a sigla LGBTI+, mas sem perder de vista que também são utilizadas as outras letras que remetem a outros sujeitos deste universo como os Transgêneros (T), Travestis (T), Intersexuais (I), Assexuais (A), Queers (Queers) e o símbolo + para exemplificar a pluralidade de termos existentes. O debate acerca da sigla não gera consenso, nem entre os movimentos sociais e academia, e é campo de disputas políticas e ideológicas. Essa discussão é legítima pois como afirma Butler (1997) a linguagem tem forma performativa e sanciona a diferença e pode ser uma reversão estratégica política.

² Utilizamos neste texto a concepção de Márcia Tiburi de que “[...] o termo ‘minorias’ em seu sentido isolado perde sua conotação fundamental. Por isso, não apenas por dever didático devemos sempre falar de ‘minorias políticas’” (TIBURI, 2018, p.113).

países condenando-a com a morte, como é o caso do Irã, Arábia Saudita, Iêmen, Sudão e Somália e Nigéria em algumas províncias (ILGA, 2019).

Recentemente, a OMS oficializou em maio de 2019, a retirada da classificação da transexualidade como transtorno mental da 11ª Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas de Saúde (CID), dessa forma a nova redação da CID 11 retira, após 28 anos, a transexualidade da categoria de transtornos mentais para o de “condições relacionadas à saúde sexual” e é classificada como “incongruência de gênero”. Vale ressaltar que o Conselho Federal de Psicologia (CFP) por meio das resoluções 01/99 e 01/2018 orientam aos seus profissionais a não usarem qualquer prática de reversão de orientação sexual ou identidade de gênero com fins terapêuticos que visem o que se convencionou chamar de “cura gay”.

No final da década de 60 o movimento gay, consolida-se juntamente com o movimento hippie, vinculado às ideias de libertação sexual e o desenvolvimento da chamada contracultura. Nessa década ocorre um episódio sempre lembrado quando se fala acerca de mobilização contra opressões, no bar chamado *Stonewall*, em Nova York, onde *gays*, lésbicas, travestis e *drag queens* se uniram para lutar contra a intolerância e repressão policial. “Pela primeira vez todos eles se sentiram iguais – por serem diferentes. Iguais por causarem estranhamento ao padrão heteronormativo da sociedade. Eram queers, esquisitos.” (RIBEIRO, 2011, p.153). Segundo Angeli (1999, p.187):

O dia 28 de junho passou a representar o Dia Internacional do Orgulho Gay, já que, na referida data, no ano de 1969, frequentadores do *Stonewall Inn*, famoso bar gay localizado em Greenwich Village, Nova York, Estados Unidos, entraram em choque com a polícia, que constantemente rondava a cidade à procura de infratores. Até aquele momento, o homossexualismo era visto como infração e era reprimido. Esse enfrentamento provocou uma reação nas comunidades homossexuais de todo o mundo, o que possibilitou uma retomada na formação de grupos organizados.

O movimento gay, e posteriormente outras demandas identitárias, foram se solidificando enquanto corpus social e organizações associativas foram surgindo e atuando como movimento contra hegemônico e cultural com forte adesão nos Estados Unidos e na Europa. No campo político e de ativismo têm-se a figura emblemática de Harvey Milk como o primeiro homem abertamente gay a ocupar um cargo público nos EUA, tornando-se então um símbolo planetário para a causa LGBTI+, sua carreira política foi abreviada por um desafeto

político com o assassinato de Milk em 1978. Encontramos ressonância da figura de Milk no Brasil em nomes como Jean Wyllys e Herbert Daniel.

Conforme pesquisas realizadas pelo antropólogo Luiz Mott (2011), um indígena chamado Tibira, da etnia dos Tupinambá, no Maranhão, pode ser considerado a primeira vítima com registro de homofobia no Brasil, em 1613, onde foi considerado sodomita por praticar relações sexuais com pessoas do mesmo sexo, e mesmo que fosse pratica recorrente entre os nativos, os missionários da ordem dos capuchinhos a fim de erradicar todo “pecado” das terras recém conquistadas, sentenciaram o indígena à morte, amarrando o condenado na boca de um canhão e o executando publicamente para que servisse de exemplo para outros não continuarem com as “nefandas” práticas (FERNANDES, 2013, 2014). Em 2016 foi erigido um monumento à memória do Tupinambá no centro de São Luís do Maranhão.

No Brasil, o movimento surgiu no final dos anos 70, definindo seu projeto de politização da questão da homossexualidade em contraste com as alternativas presentes no gueto e em determinadas associações existentes no período anterior ao seu surgimento. “Essas primeiras formas de associação de homossexuais, especialmente o jornal *O Snob* (1963-1969) e a Associação Brasileira de Imprensa *Gay* (1967-1968)” (FACCHINI, 2005, p. 88), foram responsáveis por lutarem em prol do movimento *gay*. Outros representantes também se destacaram como o jornal *Lampião da Esquina* e o Grupo *Somos* respectivamente no eixo Rio – São Paulo.

O Grupo *Somos*, segundo Facchini (2005, p. 43): “[...] adquiriu grande notoriedade e visibilidade do ponto de vista histórico, não só por ter sido o primeiro grupo brasileiro, por ter tido uma atuação importante ou por ter se constituído enquanto uma experiência marcante na vida das centenas de pessoas que passaram por suas atividades”. O movimento homossexual estruturou-se no combate à discriminação e represálias sofridas por diversos segmentos da sociedade e na reivindicação dos direitos civis e da cidadania. A partir do nascimento do Grupo *Somos* considerado o primeiro grupo do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), e tendo como suporte a representação do *Lampião da Esquina*, começaram a surgir outros grupos, que se destacaram na construção das respostas coletivas à epidemia do HIV/AIDS. Os grupos cresceram entre 1992 e 1995, período em que houve um reflorescimento no movimento homossexual paulistano, acompanhado por um processo de

diversificação de formatos institucionais e de propostas de abordagem dos direitos homossexuais.

Esses grupos compareciam aos eventos do movimento organizado ou tinham seus nomes listados pela Associação Brasileira de *Gays*, Lésbicas e Travestis (ABGLT), ou em revistas *gays* que publicavam endereços de grupos de militâncias. Entre as mobilizações, algumas se destacam como, as então denominadas paradas *gays* nas capitais e em grandes cidades do país, que têm como objetivo dar visibilidade social e fomentar a criação de políticas públicas para homossexuais. Estas paradas, a cada ano, obtinham um número maior de público, reunindo todas as nuances da diversidade sexual e contando com a participação, cada vez mais crescente, de um grupo de apoiadores.

A primeira Parada do Orgulho Gay no Brasil³ foi realizada em junho de 1995, na cidade do Rio de Janeiro. Atualmente, a principal Parada do Orgulho LGBTI+ no Brasil e no mundo é realizada em São Paulo. A bandeira com as cores do arco-íris é uma forma de identificar a diversidade sexual, principalmente dentro das paradas. Estas paradas possuem um caráter de uma festa grandiosa, que ocupa espaços públicos, com a ideia de troca com outros segmentos da sociedade, de elevar a autoestima LGBTI+ e de proporcionar à sociedade o convívio pacífico com a diferença que mostra com ênfase a participação de milhares de pessoas neste grande movimento pela diversidade sexual. Estes movimentos contribuíram para o fortalecimento do grupo na busca pelo direito e do respeito à diversidade sexual. Existe uma parte da militância que é avessa à parada com o discurso de que o movimento perdeu a essência original e está mais para um carnaval fora de época, visando mais o lucro do que a conscientização acerca da temática da sexualidade e diversidade.

O jornal *O Lampião* foi o primeiro veículo de comunicação dirigido a homossexuais no Brasil, surgido em plena ditadura militar. Encabeçado por nomes como Aguinaldo Silva e João Silvério Trevisan, o jornal circulou entre abril de 1978 a junho de 1981, misturando sátira, denúncia, militância e variedades do mundo gay. A ideia de criar o periódico surgiu de um grupo de militantes intelectuais, em 1977, em São Paulo, na casa do pintor Darcy Penteado. A intenção era dar voz a uma minoria seriamente marginalizada permitindo a saída do gueto e

³ Alguns organizadores de paradas pelo Brasil compreenderam que a mudança do nome de “Parada do Orgulho Gay” para “Parada do Orgulho LGBT” e “Parada da Diversidade” acabam por incluir mais minorias políticas além de aumentar o debate que se propõe fazer.

servindo como veículo de comunicação livre das pressões e/ou visões estabelecidas por outros órgãos de imprensa. A maioria dos integrantes do conselho editorial eram jornalistas ou pessoas ligadas às artes e cultura em geral (SIMÕES JUNIOR, 2006).

Segundo Green (1999) o título do periódico fazia uma alusão a vida noturna gay e ao rei do cangaço. O trabalho de distribuição era artesanal, levavam o material para rodar no Jornal do Comércio, depois era enviado para o galpão dos distribuidores. *Lampião* fundou a imprensa gay com certo humor ácido.

O jornal, em tamanho tabloide, era impresso em cores neutras. Trazia reportagens com personalidades não necessariamente homossexuais, contos, críticas literárias, de teatro ou cinema. Grande destaque era dado às cartas dos leitores, que se tornavam legítimos espaços de visibilidade para a comunidade. Pequenas notas contra os atos preconceituosos da sociedade eram constantes, assim como ataques diretos a homófobos ou a quem agisse de modo politicamente incorreto em relação aos homossexuais (SIMÕES JUNIOR, 2006, p.2).

O jornal trabalhava com informações culturais como: divulgação de shows, críticas de filmes, sugestões de exposições e indicações de livros, o conteúdo ficava na responsabilidade do conselho editorial e por convidados que variavam a cada edição. O *Lampião* preocupava-se mais em retirar o gay da margem social permitindo que tivesse voz para dar sua opinião e denunciar violência. Já em sua fase final o jornal se adapta ao gueto e torna-se mais ousado, contendo até mesmo ensaios sensuais e abordando temas mais polêmicos do que fazia em sua fase inicial (FERREIRA, 2010).

Toda forma de existência contrária à norma vigente é dissidente, no sentido de se opor ao que se está estabelecido e posto como certo, também é avessa a binaridade imposta pelo sistema causando tensão na heterossexualidade compulsória (heteronormatividade) e nas masculinidades, que impulsionam aos sujeitos a se expressarem performaticamente segundo os códigos sociais impostos, sendo assim, as ideias de cura, higienização e punição à essas transgressões e dissidências tem uma função de impor um sistema a uma experiência desordenada (BUTLER, 2003).

Segundo Quinalha (2014), o autoritarismo brasileiro se vale de uma intolerância materializada na perseguição e na tentativa de controle de grupos sociais considerados dissidentes, com forte repressão a população LGBT, por conta de sua orientação sexual e identidade de gênero.

No Brasil, na época da ditadura, diversos foram os tipos de violações a direitos cometidas contra a população LGBT. De modo geral, é impossível compor um quadro preciso da extensão e da gravidade das violações de direitos. Também um inventário completo é de difícil elaboração, tanto pela ausência de uma documentação sistemática da violência (que tentou apagar seus próprios rastros) como pela ausência de denúncias com registro ou mesmo pela invisibilidade dessa categoria de vítimas afetadas pela ação repressiva do Estado (QUINALHA, 2014, p. 247).

Em decorrência de um Senado e um Congresso extremamente conservador e bastante alinhado às demandas da Bancada Evangélica, os projetos que versam sobre a questão LGBT no país não avançam e ficam estagnados cercados de muita polêmica e discussão. O Supremo Tribunal Federal (STF) votou de forma inédita, no dia 13 de junho de 2019, a criminalização da homofobia com a equiparação ao crime de racismo, com oito votos a favor e três contrários. O Judiciário entendeu que a demora do Legislativo em discutir a pauta incorre, além de uma demora inconstitucional, em pôr em risco a vida da população LGBTI+. No campo progressista se discute perspectiva punitivista como insuficiente para mudar as estruturas racializadas, generificadas e sexualizadas, por outro lado o país é um dos que mais mata pessoas LGBTI+ o que requer, por parte do Estado, uma ação incisiva de repressão a essa violência, mesmo que por meio de mecanismos enviesados como são as leis. Segundo o Grupo Gay da Bahia (GGB) o Brasil registra uma morte por lgbtfobia a cada 23 horas (GGB, 2021).

3 IDENTIDADE DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA BIBLIOTECONOMIA

Nos últimos anos o debate e a teorização dos assuntos relacionados à Sexualidade e Identidade de Gênero sofreram um crescimento exponencial, o que antes era silenciado tornou-se objeto de estudo e reflexão e, são cada vez mais comuns estudos de pessoas inseridas nestas comunidades e conhecimento produzido, também, por estes sujeitos sociais, pois como afirma Ribeiro (2019, p. 75): “Os saberes produzidos pelos indivíduos de grupos historicamente discriminados, para além de serem contradiscursos importantes, são lugares de potência e configuração do mundo por outros olhares e geografias.”

Além disso, os campos teóricos e temáticos que abrangem os estudos sobre Sexualidade e Identidade de Gênero, não só se interpenetram, como também utilizam os mesmos termos de diferentes áreas do conhecimento, tais como os das Ciências Humanas e Ciências da Saúde (BISSOLI *et al.*, 2018). A Biblioteconomia, enquanto ciência social e

interdisciplinar (LE COADIC, 2004) tem a orientação de seu campo de atuação e investigação para as relações sociais, e, por conseguinte, das problemáticas que permeiam a sociedade. No entanto, é grande a corrente, principalmente a denominada Biblioteconomia Social, como apontada por Lindemann, Spudeit e Corrêa (2016) e Tanus e Silva (2019), que critica a área como sendo predominantemente técnica em detrimento de uma ação mais progressista e incisiva em relação às demandas sociais.

A Biblioteconomia Social, segundo Civallero (2013), pode ser entendida como sendo uma filosofia e ação dentro da Ciência da Informação que reivindica uma Biblioteconomia crítica e comprometida socialmente, tanto na teoria como na prática. A Biblioteconomia Social tem como incumbência, dentre outras análises, o estudo da evolução das atividades bibliotecárias, apontando dados indicativos sobre o mercado profissional da área e também o alcance do currículo para com relação ao conteúdo de profundidade. É preciso investir em pesquisa sobre Biblioteconomia Social, a qual ele descreve como sendo uma perspectiva humana da Biblioteconomia (SOUZA, 2001).

E conforme Lindemann (2014, p. 52) a Biblioteconomia Social pode ser compreendida como:

[...] uma Biblioteconomia voltada para a aplicabilidade social do exercício profissional, ter a consciência do quanto é possível somar, transformar rotinas dentro de comunidades em que sequer existem bibliotecas ou então na disposição voltada para o usuário dentro de bibliotecas em que as obras do conhecimento possam ir além da localização nas estantes, tornando-as ferramentas familiares no auxílio à educação e fator agregador nos embates sociais.

Vale ressaltar o caráter humanista da categoria profissional expresso tanto no juramento quanto em seu Código de Ética onde fica expresso: “Prometo tudo fazer para preservar o cunho liberal e humanista da profissão de bibliotecário, fundamentado na liberdade de investigação científica e na dignidade da pessoa humana” (CFB, 2018, p. 2). Partindo desse pressuposto, seria evidente uma atuação focada mais nas necessidades informacionais apresentadas por uma sociedade plural e diversa do que necessariamente a tentativa de moldar os produtos e serviços sem que se leve em consideração essas especificidades.

Se levarmos em consideração a formulação que ficou conhecida como as “Leis da Biblioteconomia” preconizadas por Ranganathan, sendo elas: 1 – Os livros são para serem

lidos; 2 – A cada livro seu leitor; 3 – A cada leitor seu livro; 4 – Poupe o tempo do seu leitor, e; 5 – A biblioteca é um organismo em crescimento (RANGANATHAN, 2009), criadas em um contexto que visava uma atuação progressista pela Biblioteconomia, é possível destacar a segunda e quinta lei, substituindo o livro pela necessidade de informação e o leitor, caracterizado por um membro da comunidade LGBTI+. Desta forma, como a quinta lei expressa, de forma metafórica e simbólica, com o crescimento das bibliotecas subentende-se que elas acompanham, ou pelo menos deveriam, as demandas apresentadas pela sociedade nos mais diferentes contextos.

Diante dessa nova realidade, algumas iniciativas, capitaneadas por organismos internacionais, como a *Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos* (DIBAM) do Chile, a *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) e a *American Library Association* (ALA), são exemplos de organizações que tem envidado esforços em refletir, e atuar, na formação de profissionais, bem como garantir o respeito às orientações sexuais e identidades de gênero diversas.

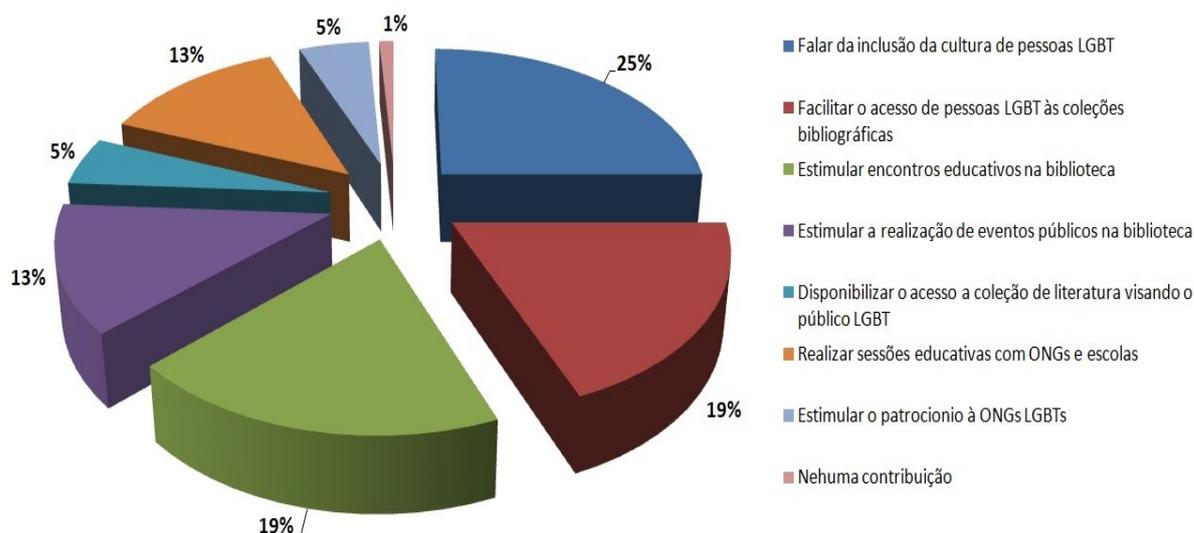
O Chile, de forma pioneira, lançou em 2012 o “*Guía para la incorporación del enfoque de género en bibliotecas*” (MAILLARD *et al.*, 2012) por meio da DIBAM, como forma de apresentar a discussão teórica, os principais termos e formas de abordar e tratar o gênero em bibliotecas, arquivos e museus gerando um material que possa ser utilizado tanto para quem está em formação quanto para quem atua na área.

Outra publicação relevante a nível mundial foi lançada em 2017, sob a direção de Sophie Agié-Carré, com o apoio da IFLA, intitulada: “*Des Bibliothèques Gay-Friendly?*” trazendo uma ampla discussão sobre a relação das bibliotecas e a questão LGBTI+ com destaque para a postura profissional, as necessidades de usuários, indicações e sugestões para profissionais da Biblioteconomia e pesquisas da presença LGBTI+ no Brasil, Suécia, Tennessee (Estados Unidos), Hungria e Uganda.

A seção dedicada ao Brasil na publicação e a pesquisa foram coordenadas por Eduardo da Silva Alentejo (2017) e traz informações interessantes sobre as bibliotecas e a questão da diversidade e sexualidade. A pesquisa coletou dados qualitativos e quantitativos em 61 organizações LGBTI+ brasileiras, por meio de questionários semi-estruturados, que permitiram analisar o ponto de vista dessas organizações. A análise das respostas baseou-se em dois critérios principais: acesso a bens culturais e promoção de valores de inclusão em

bibliotecas e na produção bibliográfica conforme participação e contribuições apontadas no gráfico 1 que aponta a participação e contribuição das bibliotecas públicas à informação concernente as questões LGBTI+.

Gráfico 1 – Participação e contribuição das bibliotecas públicas à informação concernente as questões LGBTI+



Fonte: Adaptado de Alentejo (2017).

A maioria das respostas, priorizaram ações no sistema educacional e em regiões como Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo e incluíram em suas respostas ações de visibilidade e acesso à cultura, realizadas por meio de instituições educacionais e culturais, como bibliotecas públicas, demonstrando que a percepção das pessoas em relação a atuação deste bens culturais permitem uma interlocução entre as demandas informacionais da população LGBTI+ e as bibliotecas públicas (ALENTEJO, 2017).

Seguindo essa orientação sobre uma interlocução entre as demandas informacionais da população LGBTI+ e as bibliotecas públicas a ALA criou um Escritório de Diversidade, Alfabetização e Serviços de Extensão e também uma Mesa Redonda de LGBTI+, que está empenhada em atender as necessidades de informação e acesso da comunidade, do público em geral e também de profissionais de bibliotecas que se identificam como gays, lésbicas, bissexuais e pessoas transgênero. Por todo o país eventos e programações LGBTI+ em bibliotecas são incentivados, celebrados e reúnem pessoas para celebrar os livros, a leitura e a diversidade, ações estas que são intensificadas no mês de junho com a comemoração do Mês do Livro LGBTI+ (*GLBT Book Month*).

Ainda nos Estados Unidos, em meados de 2018, um grupo de *Drag Queens* realizou um projeto de contação de histórias em bibliotecas chamado “Hora da Leitura Drag Queen” (*Drag Queen Story Hour*), em estados extremamente conservadores, causando uma verdadeira comoção e mobilização tanto por aqueles que adoraram a iniciativa como pais, professores, crianças e usuários destas bibliotecas como por parte de associações cristãs, grupos de pais que condenaram a ação. Situação similar ocorreu quando da postagem da iniciativa no grupo fechado de *Facebook* intitulado “Bibliotecários do Brasil” que se supõe seja formado por profissionais da área, onde ao mesmo tempo em que houve comentários achando a iniciativa fantástica e inovadora, muitos internautas usaram o argumento religioso ou de formação das crianças para desabonar a iniciativa.

Com orientação epistemológica e filosófica estadunidense e europeia é natural que em seu estabelecimento enquanto teoria e ciência, a Biblioteconomia carregue consigo os preconceitos arraigados e estigmatizados daqueles que atuaram como colonizadores e impunham um pensamento hegemônico. O que causa espanto é que tais práticas continuem orientando a formação dos profissionais sem que lhes seja apresentado um novo olhar e um novo paradigma para o fazer biblioteconômico atual.

Essa realidade reflete na baixa produção acadêmica na área no Brasil como apontado em levantamento realizado por Trevisol Neto (2018, p. 160) sobre o tema: percebe-se “[...] que são escassas as publicações relacionadas sobre gênero e identidade de gênero”, ou, praticamente inexistente, como afirmam Santos, Targino e Freire (2017), em mapeamento acerca da produção científica na área da Ciência da Informação (CI) no país sobre diversidade sexual com enfoque em artigos sobre o grupo de indivíduos reunidos pela sigla LGBT, o que confirma nossa hipótese sobre a invisibilidade da discussão, quando diz que:

A produção científica acerca da temática diversidade sexual e especificamente sobre o grupo de usuários LGBT na Ciência da Informação brasileira é praticamente inexistente. [...] Não existe produção da Ciência da Informação voltada para delinear o perfil dos usuários LGBT ou o seu comportamento informacional ou, ainda, o impacto do fluxo informacional para o grupo social [...]. (SANTOS; TARGINO; FREIRE, 2017, p. 132).

Uma das primeiras vezes em que uma contribuição sobre gênero foi abordada em um evento da área ocorreu no Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBDD)

na cidade de São Luís do Maranhão no ano de 1997 com o título: “Gênero como categoria de análise para a Biblioteconomia” (FERREIRA, 1997).

Gênero e Biblioteconomia parecem não ter muita aproximação, num olhar leigo sobre ambos os campos de saber. Mas essa distância é só aparente. Ela inexistente, pois a Biblioteconomia é sim uma área que influencia e é influenciada pelos estudos de gênero. Precisamos discutir e problematizar fatos como a prática bibliotecária ser claramente generificada no Brasil como um trabalho essencialmente feminino. Também deveríamos nos perguntar pela ausência dos corpos abjetos no interior das bibliotecas, sejam como usuários da informação ou como produtores de discursos relatados nos acervos, ou mesmo atentar para o fato de praticamente toda a literatura mundial ser produzida por homens brancos e do eixo centro-norte-europeu. A Biblioteconomia e seus produtos não passam ilesos dos problemas de gênero. Como parte da ciência que tem uma função social e visa formação de pessoas para a prática profissional, de bibliotecárias e de bibliotecários, deveria sim se preocupar com essas questões tão em voga (LIMA, 2016, p.51).

Os indivíduos podem usar a informação para aprender mais sobre o modo de vida dos LGBTI+, a fim de reduzir o preconceito e garantir uma ação laboral inclusiva, como resultado há o desenvolvimento do respeito à diversidade em sociedade, reduzindo a lgbtifobia contra as pessoas diferentes do padrão conservador (OTTONICAR *et al.*, 2019).

Nesse contexto, a informação é, sempre, elemento-chave para a inclusão, conscientização e qualidade de vida dos cidadãos, rompendo com conceitos preestabelecidos, sejam eles advindos da cultura machista ou do conservadorismo. A falta de informação ou a disseminação de informações errôneas favorece a ignorância, o preconceito, a aversão e a negação do que é diferente (SANTOS; FREIRE, 2017, p.3).

Um reflexo sobre esse preconceito, aversão e negação do diferente pode ser identificado no processo de classificação e catalogação, principalmente quando se infere que essas atividades são, mesmo seguindo uma técnica, carregados de subjetividade onde a pessoa que executa a tarefa, em alguns casos, reproduz preconceitos e estereótipos, muito deles decorrente da falta de informação e preconceitos. Instrumentos voltados para o acesso “universal” como a Classificação Decimal Dewey (CDD), Classificação Decimal Universal (CDU) e a *Library Congress Subject Headings* (LCSH) fornecem acesso inadequado a grupos marginalizados, pois os termos utilizados para representar as comunidades definidas por gênero, raça, orientação sexual e identidade de gênero, em sua maioria, são inadequados e

os usos desses termos em categorias de classificação refletem ideologias, preconceitos e premissas que não cabem mais nos dias atuais (CABRERA, 2012).

Durante muito tempo a homossexualidade era classificada como patologia, e muitos profissionais insistem no uso da classificação. Desde então, os indivíduos que se identificam como LGBTI+ têm feito grandes avanços na reforma dos cabeçalhos de assunto que muitas bibliotecas usam por meio de discussões e propostas de realinhamento desses sistemas de classificação. A Biblioteca do Congresso (*Library of Congress*) adicionou "Pessoas trans" e "Transexualidade" como cabeçalhos de assunto em 2007. A criação de cabeçalhos novos e específicos para a comunidade LGBTI+ torna mais fácil a recuperação da informação que é pertinente para as suas necessidades. Com a ampliação destes vocabulários oficiais para afirmar a língua e a identidade dentro da comunidade LGBTI+ se estimula uma maior aceitação para a diversidade de gênero e identidades sexuais.

A literatura mais recente na área tem abordado a questão da classificação a partir de uma perspectiva da Teoria Queer. Drabinski (2013, p. 9) define a relação entre a identidade LGBT e a biblioteca como historicamente contingente. Para a autora, "[...] pode não haver uma categoria ou estruturas linguísticas 'corretas', apenas aquelas que discursivamente emergem e circulam em um determinado contexto." Drabinski (2013) afirma que uma abordagem *queer* para catalogação inclui profissionais da Biblioteconomia que atuam na Referência e usuários, onde ambos podem engajar-se em um diálogo sobre os preconceitos subjacentes e ajudar a dismantelar a linguagem opressiva.

O comitê editorial da CDD tem sido consciente, reclassificando números após consulta com especialistas e membros do público, tais como os documentos de discussão para "Ciências Sociais 305–306" em 2014, que discutiram números preferidos e mudanças para identidade de gênero, homossexualidade, transgênero e intersexualidade. Enquanto não existe um sistema perfeito, a Classificação Decimal Dewey evolui ao longo do tempo, e o conjunto atual de números decimais LGTT pode estar no caminho para a igualdade de classificação (MARQUES, 2018, p.47).

Toda linguagem, incluída a documentária, é um sistema, e como tal, é permeada por ideologias e relações de poder, ou seja, a identificação da terminologia está diretamente relacionada à natureza e aos propósitos da comunidade discursiva (PINHO, 2010).

A indexação busca uma nova dinâmica para os registros do conhecimento que, por sua vez, resistem à cronologia e às categorias previsíveis. A

indexação deve, assim, ser a materialização de uma dinâmica de natureza ética, um fazer cujos procedimentos, instrumentos e produtos são perpassados por um vasto e cambiante universo de valores, que devem ser sempre trazidos à tona, mormente quando as pontes (entre o conhecimento registrado e aqueles que se apropriarão desse conhecimento para gerarem outro) refletem universos culturalmente distintos. Desse modo, deve-se buscar, na prática profissional de indexador, permitir que os domínios trans e pluridisciplinar sejam recuperados de forma mais precisa, sem fazer de seus produtos – os índices – instrumentos disseminadores de preconceitos ou ideias errôneas (PINHO, 2010, p.129).

O Manifesto IFLA para bibliotecas públicas celebra a visibilidade e a inclusão de valores sociais, sem barreiras ou qualquer tipo de discriminação, considerando a diversidade humana como fundador das práticas biblioteconômicas, e provocando o bibliotecário a pensar nas suas responsabilidades em prol do processo de formação da cidadania.

De acordo com a IFLA (1994), as bibliotecas públicas devem ser capazes de oferecer condições para exercício da cidadania, através do acesso e produção de recursos que contribuam para um desenvolvimento social equitativo. Sendo assim, podemos afirmar que o trabalho do bibliotecário, em prol da diversidade, pode levar à promoção da cidadania, garantindo aos usuários o acesso a um conjunto de práticas referentes a uma sociedade democrática (MARQUES, 2018, p. 26).

Se questões de gênero e sexualidade ainda podem ser vistas no seio da sociedade como tabu devido a questões de cunho cultural, religioso, social e pessoal, a biblioteca se torna um ambiente de desconstrução da discriminação ao público LGBTI+, de tal modo que se viabilize aos usuários se expressarem sobre o tema manifestando suas inquietações. Marques (2018, p. 39) lista uma série de atividades que estimulam a crítica e a extinção de estereótipos e preconceitos nas bibliotecas, tais como:

- 1) hora do conto com títulos que abordam a temática para crianças;
- 2) exposição de livros e filmes que abordam a temática em datas comemorativas, como o dia internacional de combate à homofobia ou dia do Orgulho LGBTT;
- 3) organização de grupos de debate e rodas de conversa na biblioteca sobre livros com títulos que abordam a questão;
- 4) organização de semana temática com palestras de representantes de organizações não governamentais (ONGs) com exibições de filmes e documentários que permitem o diálogo sobre o tema;
- 5) convocação de usuários que possuem histórias ou experiências para criação de uma oficina literária;

- 6) disponibilização de informativos e divulgação de panfletos próprios ou governamentais relativos, por exemplo, ao Programa Brasil Sem Homofobia, sobre o tema;
- 7) capacitação de profissionais para incentivá-los a participar dos diferentes projetos e atividades existentes dentro da biblioteca;
- 8) auxílio informacional quanto ao uso do nome social na inscrição em vestibulares, concursos e no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), garantindo que a pessoa participe dos processos seletivos com seus direitos assegurados;
- 9) construção de um catálogo (virtual) para a promoção de títulos sobre gênero e sexualidades.

A Biblioteconomia e a Ciência da Informação, portanto, precisam ficar atentas as necessidades de informação nos aspectos mais plurais e diversos possíveis e estimular a competência em informação às minorias (RIGHETTO, 2018). O Manifesto de Florianópolis sobre a Competência em Informação e as populações vulneráveis e minorias (2013) foi proposto no XXV CBBB (Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação) justamente nesse contexto, ao apontar tal competência como fator crítico e inerente ao desenvolvimento social, cultural e econômico em território brasileiro na contemporaneidade, merecendo atenção especial no concernente à mobilização da sociedade civil e dos órgãos governamentais para a sua inclusão às ações de democracia e exercício pleno da cidadania (MANIFESTO..., 2013).

[...] percebe-se que, aos poucos, tais minorias começam a ser inseridas no contexto acadêmico e, também, pela área da Ciência da Informação. No entanto, os resultados apontam para uma produção bibliográfica específica na Ciência da Informação muito aquém do debate nacional. Entende-se que os profissionais da informação atuantes hoje, precisam compreender melhor as relações que envolvem este cenário e que influenciam sobremaneira as necessidades dos usuários das unidades de informação (VIEIRA; KARPINSKY, 2019, p.73).

O caso relatado a seguir exemplifica bem a discrepância entre profissional que trabalha diretamente com a informação e o total despreparo, e desconhecimento, de termos usuais LGBTI+:

Uma bibliotecária fora convidada para ajudar ativistas dos grupos homossexuais. Na ocasião, a profissional se referiu ao termo técnico – homossexualismo – como ponto de partida para o debate. Aquém do significado dessa palavra entre os ativistas, ela abriu uma discussão, conhecida pelos grupos, segundo a qual o termo não poderia ser utilizado porque o sufixo “ismo” qualificava que a origem da palavra a associava à ideia de doença. Além disso, homossexual, no senso comum, era um termo

atribuído ao gênero masculino, assim era preferível usar gays e lésbicas para dar visibilidade às mulheres, mas também havia a questão das travestis que não se reconheciam nessas duas palavras. Teve início um debate na Câmara que, provavelmente, não era do conhecimento daquela bibliotecária (SILVA; LARA, 2004, p. 2).

Esse relato aponta uma tarefa crucial: que a Biblioteconomia e a Ciência da Informação possam agir com responsabilidade social no sentido de propor ações que solucionem questões de informação atreladas às demandas de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, representando estratégia que possa inseri-los ativamente na sociedade, com a informação fazendo frente ao preconceito e à discriminação (SANTOS; TARGINO; FREIRE, 2017), ou seja, para atuar com essa comunidade requer minimamente que se conheça, mesmo que de forma geral, suas demandas e especificidades, o que não é possível “[...] sem um estudo de usuários destas minorias torna-se inviável o planejamento de qualquer atividade inclusiva tendo em vista o desconhecimento das realidades dessas pessoas e suas reais necessidades de informação” (VIEIRA; KARPINSKY, 2019, p. 73). Nesse entendimento, fica claro o valor humanístico acadêmico ligado ao valor de formação profissional tendo como parâmetro as mudanças sociais, o que necessariamente se manifesta pelas mudanças nas práticas, e no currículo, com o intuito de fornecer à sociedade aspectos de competência profissional e, realmente alinhados as demandas gerais, e específicas da sociedade como um todo.

[...] um breve exame aos Projetos Pedagógicos desses cursos demonstra que os currículos que vigem nas Escolas de Biblioteconomia no país têm por principais características: a interdisciplinaridade, ou seja, abrange diversas áreas do conhecimento, a transdisciplinaridade, onde diferentes níveis de realidade, regidos por lógicas diferentes, juntam-se a outros conhecimentos sem a predominância de um sobre o outro; de modo complementar, mas, em nenhum dos 39 Planos Pedagógicos examinados se verificou a inclusão de valores sociais da população LGBTTT (SOARES, 2015, p. 37).

Quando se direciona a formação para a negação da existência destas orientações sexuais e identidades de gênero dentro de seus projetos pedagógicos se aponta a exclusão de um grupo específico da sociedade no que diz respeito ao acesso a bens culturais e à informação. Quando se fala em uma educação que garanta a diversidade implica em dizer que o caráter humanístico busca uma preparação acadêmica para um futuro social igualitário (SOARES, 2015).

A investigação acerca dos mecanismos que atuam no processo de construção e acesso do conhecimento para o segmento LGBT a partir da produção científica na recorrência aos conteúdos informacionais que lhes podem ser necessários, inclusive, no que se refere ao direito de ir e vir, conforme preceitua a Constituição Federal, poderá fornecer elementos para a compreensão das mudanças que ocorrem nos dias atuais e se há contribuição da Universidade para uma maior visibilidade dos problemas e desafios enfrentados pelo segmento (VIANA; OLIVEIRA, 2016, p. 190).

Essa articulação entre conteúdos informacionais, produção científica e mecanismos para acesso à informação para à população LGBTI+, tanto entre as escolas de Biblioteconomia quanto aos órgãos representativos da categoria, apontam para um caminho em consonância com as demandas contemporâneas da sociedade. A Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB) impulsionou a criação de Grupo de Trabalho (GT) Bibliotecas para a Diversidade e Enfoque de Gênero (BDEG) para trabalhar especificamente o enfoque da diversidade e sexualidade nas bibliotecas, e contou pela primeira vez na história do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBDD) com uma mesa exclusiva para tratar da temática na cidade de Fortaleza em 2017, tendo por orientação a Agenda 2030 da ONU, que propõe 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e enfocamos aqui o quinto objetivo que trata da igualdade de gênero cujo lema é “Ninguém será deixado para trás”.

Vital também a produção e disseminação do conhecimento destas minorias e principalmente dos sujeitos-profissionais que fazem parte destas comunidades, por isso são salutares iniciativas de publicação de livros como: “Do invisível ao visível: saberes e fazeres das questões LGBTQI+ na Ciência da Informação”, este sendo pioneiro como primeira publicação exclusiva sobre a temática e com textos de pesquisadores que fazem parte da comunidade LGBTI+, que partiu da “[...] inquietação de nós (uma mulher lésbica e dois homens gays) que apesar de inseridos na Ciência da Informação (CI) sentíamos falta de discussões e estudos que abordssem o universo das dissidências de gênero e sexualidade”(ROMEIRO; MARTINS; SANTOS, 2019, p. 9).

A Biblioteconomia, em muitos casos, é vista pela sociedade e também por alguns profissionais da área como uma “[...] matéria vazia, absolutamente oca, revestida por uma tênue e transparente casca, prestes a ser romper, deixando ainda mais invisível uma profissão que ninguém vê” (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p. 108). Ou seja, a sociedade pune com o esquecimento e subalternidade a quem não lhe serve dando respostas as suas demandas.

4 CONCLUSÃO

Mediante toda a discussão apresentada, e como dito, anteriormente, na introdução deste ensaio, pretendemos incitar a curiosidade, gerar inquietações e, principalmente, fomentar uma grande reflexão sobre qual a Biblioteconomia que queremos praticar. Obviamente que ações isoladas e pontuais são realizadas (e são extremamente importantes) como estudos, pesquisas, atualizações de ementas, projetos de extensão etc., mas todos estes esforços não integram um corpus coletivo de uma área para o entendimento de que a população LGBTI+ e todas as outras minorias políticas e sociais devam estar integradas no fazer biblioteconômico atual.

Entendemos que para uma área que se pretende de cunho humanístico um grande caminho precisa ser percorrido para a quebra de estereótipos, para o combate de práticas que fomentam o preconceito, e que se consiga banir ideologias opressoras que fomentam o ódio e a discriminação. Para tanto é necessário estimular o debate cada vez mais, insistir na discussão, alterar os projetos políticos pedagógicos com inclusão de temáticas voltadas às minorias políticas e sociais, investir na formação do profissional para esclarecimento e fomento a uma prática voltada a pluralidade e diversidade. O estremecimento e o distanciamento nós já temos na área, cabe a nós proporcionamos a aproximação.

Reinventemo-nos!

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALENTEJO, Eduardo da Silva. Brèsil. *In*: AGIÉ-CARRÉ, Sophie (dir.). **Des bibliothèques gay-friendly?** Conférences sur les questions de genre en bibliothèque. Villeurbanne: Presses de l'enssib, 2017. Disponível em: <https://www.enssib.fr/bibliotheque-numerique/documents/68249-bibliothèques-gay-friendly-des.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2019.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Sociedade e Biblioteconomia**. São Paulo: Polis; Associação Paulista de Bibliotecários, 1997. Disponível em: <https://abecin.org.br/wp-content/uploads/2021/03/Sociedade-e-biblioteconomia.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.

ANGELI, Érika Alessandra de. Turismo GLS. *In*: ANSARAH, Marília Gomes dos Reis (org.). **Turismo: segmentação de Mercado**. São Paulo: Futura, 1999.

BISSOLI, Bruna da Silva *et al.* Identidade de gênero e diversidade sexual: proposta de elaboração de microtesauro. *In: ENCONTRO REGIONAL DOS ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, GESTÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DAS REGIÕES SUDESTE, CENTRO-OESTE E SUL, 5., 2018, ERECOSUL. Anais[...].* Belo Horizonte, nov. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/download/16909/13668/48010>. Acesso em: 14 jun. 2020.

BUTLER, Judith. **Lenguaje, poder e identidad.** Madri: Sintesis, 1997. Disponível em: https://www.ses.unam.mx/docencia/2018I/Butler2004_LenguajePoderEIdentidad.pdf. Acesso em: 20 jun. 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CABRERA, Miriam Regiane Dutra. **A questão do politicamente correto em temáticas relativas a homossexualidade e seus reflexos na representação da informação.** 2012. 112f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93680/cabrera_mrd_me_mar.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 10 jan. 2019.

CFB. Conselho Federal de Biblioteconomia. **Resolução CFB nº 207/2018.** Aprova o Código de Ética e Deontologia do Bibliotecário brasileiro, que fixa as normas orientadoras de conduta no exercício de suas atividades profissionais. Brasília, DF: CFB, 2018. Disponível em: <http://repositorio.cfb.org.br/bitstream/123456789/1330/1/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20207%20C%C3%B3digo%20de%20%C3%89tica%20e%20Deontologia%20do%20CFB.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2019.

CIVALLERO, Edgardo. ¿Qué es la bibliotecología progresista?: Una aproximación básica. **El Profesional de La Informacion**, Buenos Aires, v. 22, n. 2, p.155-162, 10 mar. 2013. Bimestral. Disponível em: <http://profesionaldelainformacion.com/contenidos/2013/marzo/10.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.

DABRINSKI, Emily. Queering the Catalog: Queer Theory and the Politics of Correction. **The Library Quarterly: Information, Community, Policy**, v.83, n.2, 2013. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/669547?mobileUi=0>. Acesso em: 20 jun. 2020.

FACCHINI, Regina. Movimento Homossexual e construção de identidades coletivas em tempos de AIDS. *In: PARKER, Richard (org.). Construções da Sexualidade: gênero, identidade e comportamento em tempos de AIDS.* Rio de Janeiro: Pallas, 2005.

FERREIRA, Carlos. Imprensa homossexual: surge o Lampião da Esquina. **Revista Altejour**, São Paulo, ano 1. v.1, edição 1, jan./ dez. 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/88195/91073>. Acesso em: 10 jan. 2019.

FERREIRA, Maria Mary. Gênero como Categoria de Análise na Biblioteconomia. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 18., 1997, São Luís. **Anais**[...]. São Luís: APBEM, 1997.

FERNANDES, Estevão Rafael. Ativismo homossexual indígena e descolonialidade: da teoria queer às críticas two-spirit. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 37., 2013, Águas de Lindóia. **Anais** [...]. São Paulo: ANPOCS, 2013. Disponível em:<http://anpocs.com/index.php/encontros/papers/37-encontro-anual-da-anpocs/spg-2/spg15-2/8741-ativismo-homossexual-indigena-e-decolonialidade-da-teoria-queer-as-criticas-two-spirit/file>. Acesso em: 29 maio 2019.

FERNANDES, Estevão Rafael. Homossexualidade Indígena no Brasil: Desafios de uma pesquisa. **Novos Debates**: Fórum de Debates em Antropologia / Associação Brasileira de Antropologia, v. 1, n.2, p.26-33, 2014. Disponível em: <http://novosdebates.abant.org.br/revista/index.php/novosdebates/article/view/18/19>. Acesso em: 29 maio 2019.

GREEN, James. **Além do Carnaval**: A homossexualidade masculina no Brasil no século XX. São Paulo: Editora UNESP. 1999.

GGB. Grupo Gay da Bahia. **Observatório de mortes violentas de LGBTI+ no Brasil – Relatório 2020**. Salvador: GGB; Acontece Arte e Política, 2021. Disponível em: <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2021/05/observatorio-de-mortes-violentas-de-lgbti-no-brasil-relatorio-2020.-acontece-lgbti-e-ggb.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.

ILGA. Asociación Internacional de Lesbianas, Gays, Bissexuales, Trans e Intersex. **Homofobia de Estado 2019**. Ginebra: ILGA, 2019. Disponível em: https://ilga.org/downloads/ILGA_Homofobia_de_Estado_2019.pdf. Acesso em: 28 maio 2019.

LE COADIC, Yves François. **A Ciência da Informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.

LIMA, Gláucio Barreto de. A Biblioteconomia na representação fílmica de gênero, **Folha de rosto**: Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v.2, número especial, p.50-57, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/149/94>. Acesso em: 10 jan. 2019.

LINDEMANN, Cátia Rejane. **A busca pela Biblioteconomia Social por meio da Ciência da Informação**. 2014. 60f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2014. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/6000/BIBLIO%20SOCIAL.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 jan. 2019.

LINDEMANN, Cátia Rejane; SPUIDET, Daniela; CORRÊA, Elisa Cristina Delfini. Por uma Biblioteconomia mais social: interfaces e perspectivas. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 21, n. 3, 2016. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1211>. Acesso em: 3 mar. 2022.

MAILLARD, Carolina *et al.* **Guía para la incorporación del enfoque de género en bibliotecas**. Santiago: DIBAM, 2012. Disponível em: https://www.genero.patrimoniocultural.gob.cl/651/w3-article-25976.html?_noredirect=1. Acesso em: 12 jan. 2019.

MANIFESTO de Florianópolis sobre a competência em informação e as populações vulneráveis e minorias. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições, 2013. Não paginado. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/4554>. Acesso em: 20 maio 2019.

MARQUES, Giselle Vasconcellos. **Biblioteca pública: modelo de política de inclusão LGBTT**. 2018. 62f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: http://www.unirio.br/pro-reitorias_vh_pro-reitoria-de-planejamento/unirio/cchs/eb/arquivos/2018.1/Giselle%20Vasconcellos%20Marques.pdf. Acesso em: 20 jun. 2019.

MOTT, Luiz. “A homossexualidade entre os índios do Novo Mundo antes da chegada do homem branco”. *In*: BRITO, Ivo *et al.* **Sexualidade e saúde indígenas**. Brasília: Paralelo 15, 2011. p. 83-94.

NOGUEIRA, Leonardo. As determinações patriarcais-heterossexistas da sociedade capitalista. *In*: NOGUEIRA, Leonardo *et al.* (org.). **Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

OLIVEIRA, João Manuel de. **Desobediências de gênero**. Salvador: Devires, 2017.

OTTONICAR, Selma Leticia Capinzaiki *et al.* Competência em informação no âmbito da comunidade LGBTQ: um levantamento das publicações científicas nacionais e internacionais. **Informação & Informação**, Londrina, v. 24, n. 1, p. 484-512, mar. 2019. ISSN 1981-8920. DOI: <http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2019v24n1p484>. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/34561>. Acesso em: 10 jan. 2020.

PINHO, Fábio Assis. **Aspectos éticos em representação do conhecimento em temáticas relativas à homossexualidade masculina: uma análise da precisão em linguagens de indexação brasileiras**. 2010. 149 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/103379>. Acesso em: 20 jun. 2020.

QUINALHA, Renan. A questão LGBT no trabalho de memória e justiça após a ditadura brasileira. *In*: GREEN, James; QUINALHA, Renan (org.). **Ditadura e homossexualidades**. São Carlos: EDUFSCAR, 2014.

RANGANATHAN, S. R. **As cinco leis da Biblioteconomia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2009.

RIBEIRO, Deco. Stonewall: 40 anos de luta pelo reconhecimento LGBT. *In*: COLLING, Leandro (org.). **Stonewall 40 + o que no Brasil?** Salvador: EDUFBA, 2011. p.153-156. (Coleção CULT; n. 9). Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/2260/5/stonewal-40-cult9-RI.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2019.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de Fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

RIGHETTO, Guilherme Goulart. **Competência em informação de minorias sociais: pessoas trans da região de Florianópolis, Santa Catarina**. 2018.353f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/186804/PCIN0174-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 jun. 2020.

ROMEIRO, Nathália Lima; MARTINS, Carlos Wellington; SANTOS, Bruno Almeida dos (org.). **Do invisível ao visível: saberes e fazeres das questões LGBTQIA+ na Ciência da Informação**. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2019. 566p. (Selo Nyota). Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1rb895Md-eQmG1ePNskX5hTTTEen6gtGRJ/view>. Acesso em: 10 jan. 2020.

SANTOS, Raimundo Nonato Ribeiro dos; TARGINO, Maria das Graças; FREIRE, Isa Maria. A temática diversidade sexual na Ciência da Informação: a perspectiva da responsabilidade social, **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, v.4, n.1, p.114-135, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://portal.abecin.org.br/rebecin/article/view/57>. Acesso em: 20 jan. 2019.

SANTOS, Raimundo Nonato Ribeiro dos; FREIRE, Isa Maria. Políticas públicas para população LGBT: proposição de uma ação de informação no Laboratório de Tecnologias Intelectuais – LTI. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 27., 2017, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: FEBAB, 2017. Disponível: <https://portal.febab.org.br/cbbd2019/article/view/1731>. Acesso em: 20 jan. 2019.

SCOTT, Joan. Gênero como categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 14 out. 2018.

SILVA, Claudio Roberto da; LARA, Marilda Lopes Ginez de. Os termos relativos ao segmento GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros) no contexto das Linguagens Documentárias. **Informação & Informação**, Londrina, v. 9, n. 1-2, p. 33-47, jan. 2004. DOI: <http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2004v9n1-2p33>. Disponível em:

<https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1724>. Acesso em: 14 jun. 2020.

SIMÕES JUNIOR, Almerindo Cardoso. Vozes da bichórdia: construções de memórias através do discurso dos leitores do jornal Lampião da esquina. [online] *In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA*, 4., 2006. **Anais** [CD-ROM]. São Luís do Maranhão: [s.n.], 2006.

SOARES, Augusto Machado. **“Bota a cara no sol, Mona”**: a formação do bibliotecário e o LGBT, um estudo sobre a preparação acadêmica para um futuro social igualitário. 2015. 68f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.unirio.br/cchs/eb/arquivos/tccs-acima-de-9/TCC-%20AUGUSTO%20MACHADO%20SOARES.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2020.

SOUZA, Francisco das Chagas. A escola de Biblioteconomia e a ancoragem da profissão de bibliotecário. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 11, n. 2, n. 2, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/298>. Acesso em: 14 jun. 2020.

TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho; SILVA, Daniela Cândido da. Biblioteconomia social, crítica e progressista: mapeamento da produção científica nacional e internacional. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, Natal, RN, v. 3, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/informacao/article/view/18371/12151>. Acesso em: 3 mar. 2022.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum**: para todas, todes e todos. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

TREVISOL NETO, Orestes. Gênero e identidade de gênero: questões emergentes na Biblioteconomia e Ciência da Informação. *In: INOMATA, Danielly Oliveira; TREVISOL NETO, Orestes (org.). Inovação em Biblioteconomia: temas transversais*. Chapecó, SC: Argos, 2018. p. 156-178. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Jorge-Prado/publication/329893581_Branding_para_a_construcao_de_marcas_em_bibliotecas/links/5c20d23da6fdccfc7065ed4e/Branding-para-a-construcao-de-marcas-em-bibliotecas.pdf. Acesso em: 7 mar. 2022.

VIANA, Azilton Ferreira; OLIVEIRA, Dagilza de Andrade de. A produção científica na UFMG acerca da temática LGBT: um estudo propedêutico. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 11, n. 2, p. 187-193, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/pbcib/article/view/31881>. Acesso em: 20 jan. 2021.

VIEIRA, Keitty Rodrigues; KARPINSKI, Cezar. Os estudos de usuários para as minorias sociais. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 60-76, jan. 2019. ISSN 1980-6949. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1130>. Acesso em: 20 jan. 2021.

Como citar o artigo:

MARTINS, Carlos Wellington Soares. A cada LGBTI+ o seu livro? Identidade de gênero e sexualidade na biblioteconomia brasileira. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, Natal, v. 6, p. e27728, 2022. DOI: <https://doi.org/10.21680/2447-0198.2022v6n0ID27728>.